

Sexismo na Academia

Adufrj-SSind, DCE, Coletivo de Mulheres e CFCH promovem discussão sobre o tema, nesta sexta-feira, dia 12

Evento está marcado para 10h30, na Praia Vermelha, no auditório Manoel Maurício de Albuquerque

www.adufrj.org.br



DCE vai a Xerém Página 6

Filipe Galvão - 02/09/2014



Marco Ferraz - 04/09/2014

CARREIRA DOCENTE

Manobras reduzem custo do governo com professor

Análise de dados obtidos pelo **Jornal da Adufrj** junto à Pró-reitoria de Pessoal da UFRJ revela as tramas do governo para diminuir gastos com professores federais: criação da classe de Associado; não realização de concursos públicos para a rede de Educação Básica, Técnica e Tecnológica; e o ingresso de professor, independentemente de sua titulação, no grau inicial de carreira, cristalizam a política nefasta para os docentes. Página 3



Vitor Guimarães, do MTST

MTST lança revista na FAU/UFRJ

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto lançou a revista "Territórios Transversais" durante evento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O debate, organizado pela Adufrj-SSind, teve como objetivo aproximar estudantes e professores da realidade enfrentada pelos que lutam por moradia. "Faz parte (o debate) do esforço de ocupação da universidade com pautas populares", disse Cláudio Ribeiro, da Seção Sindical.

Página 8

ESPECIAL

Obras estouram prazos

Reformas e construções de novos prédios e equipamentos na UFRJ estouraram os prazos previstos pelo Plano Diretor - aprovado em 2009 pelo Conselho Universitário. A repórter **Elisa Monteiro** foi indagar as razões para os atrasos que frustram expectativas, subvertem o calendário de projetos e perturbam o dia a dia dos *campi*. O resultado dessa investigação poderá ser conferido numa série de reportagens especiais que o **Jornal da Adufrj** publica a partir desta edição. Páginas 4 e 5



Reforma dos telhados e fachadas do Hospital Escola São Francisco de Assis deveria ter ficado pronta em abril de 2011. Mas só deve ocorrer em abril de 2015.

Elisa Monteiro - 26/09/2014

PAINEL ADUFRJ

Autonomia do Banco Central põe raposas no galinheiro

Página 7



Arminio Fraga

SEGUNDA PÁGINA

Sexismo em debate

Adufrj-SSind, DCE, Coletivo de Mulheres e CFCH promovem discussão sobre o tema

Evento está marcado para este dia 12, às 10h30, na Praia Vermelha

No próximo dia 12 de setembro, sexta-feira, um debate vai acontecer sobre sexismo na universidade.

Estão convidadas: a decana do CFCH, Lilia Pougy, Isabel Mansur, doutoranda da ESS, e a estudante Maria Leão, representando o DCE Mário Prata e o Coletivo de Mulheres da UFRJ. O evento vai acontecer às 10h30, no Auditório Manoel Maurício de Albuquerque, campus da Praia Vermelha.

A professora Lilia explica a importância deste tipo de atividade.

“O sexismo é um sintoma da sociedade patriarcal em que vivemos, não obstante suas numerosas feições modernizadas. A promoção do debate por duas forças sociais, o sindicato de docentes e o movimento estudantil, é bastante alvissareiro no esforço de entender o fenômeno para melhor enfrentá-lo”.

Os relatos sobre situações de agressão e machismo na Aca-

demia têm crescido. Espaços como o Coletivo de Mulheres da UFRJ e até a Ouvidoria da universidade têm canalizado as denúncias. Para a decana, este aumento se deve não só às ocorrências em si, mas também à crescente conscientização das mulheres. Ela observa que leis recentes coibindo a violência de gênero contribuem para este cenário.

Silvia Sá - 05/09/2014



Mulheres de Chico

No contexto da luta contra o sexismo, a Adufrj-SSind e o DCE da UFRJ promoveram um show com o grupo Mulheres de Chico, na noite de 5 de setembro, no gramado da Faculdade de Letras.

Luta das mulheres indígenas da Guatemala

Os povos indígenas da Guatemala lutam, a cada dia, contra a exploração e a expulsão de suas terras, frente ao assédio das empresas extrativistas. Esta disputa tem sido encarnada e protagonizada pelas mulheres. São elas que, a partir de sua profunda e legítima determinação em conservar a vida de seus filhos, de suas famílias e suas comunidades vêm enfrentando a violação dos direitos humanos e fazendo valer o cumprimento dos direitos coletivos indígenas.

Para dar visibilidade às graves ameaças que elas vêm sofrendo, foi criado um abaixo-assinado que pode ser acessado em <http://migre.me/ltDeU>.

Plano de saúde

Novas adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind ocorrem até 18 de setembro para utilização em 10 de outubro de 2014. Aproveitem: carência reduzida.

Tabela

A tabela, com o reajuste anual da operadora, pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro de 2014.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelos telefones 97686-6793, 99411-0361 ou pelo e-mail: convenio.unimed@adufrij.org.br.

Plantões

Os próximos plantões especiais de atendimento aos interessados em aderir ao plano acontecem em:

- **10 de setembro** (quarta-feira), na sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200, Fundação), de 10h às 15h.

- **11 de setembro** (quinta-feira), na sala de administração da decania do CCJE, campus da Praia Vermelha, de 11h às 15h.

SAÚDE PÚBLICA

Justiça suspende privatização de hospital da Universidade Federal de Juiz de Fora

Ebserh é inconstitucional, diz juiz

O juiz Guilherme Fabiano Julien de Rezende, da 2ª Vara de Juiz de Fora, concedeu liminar ao Ministério Público Federal (MPF), divulgada no último dia 3, suspendendo o processo de privatização do Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) por meio da adesão

à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Segundo o juiz, a Ebserh é inconstitucional porque afronta a autonomia didático-científica das universidades e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com Raquel Perrotta, advogada da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do Andes-SN, a decisão proferida é muito importante porque, “pela primeira vez, se adentra o mérito da questão, afastando-se qualquer traço de constitucionalidade a embasar

os convênios realizados entre as Universidades Públicas, no caso a UFJF, e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares”.

Claudia March, secretária-geral do Andes-SN, também destaca a importância da liminar concedida pelo juiz Guilherme Fabiano Julien de Rezende pela conexão imediata que faz entre o campo jurídico e os argumentos políticos utilizados pelos movimentos de luta contra a Ebserh: “A decisão deve ser ressaltada tanto pelo fato de ser a primeira do

tipo que se baseia no mérito da questão, ou seja, do que representa a Ebserh em termos de ataque à autonomia universitária, quanto pelo fato de que confirma, no campo jurídico, os argumentos políticos que tomamos como base para o embate com o projeto privatista dos HUs em curso e seus impactos negativos para o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde”, afirma. (Fonte: Andes-SN, com informações do MPF-MG. Edição: Adufrj-SSind)

Agenda

20 e 21 de setembro
Reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do Andes-SN
Brasília (DF)

20 e 21 de setembro
Reunião do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA) do Andes-SN
Brasília (DF)

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3684-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Patemostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio; Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tiragem 4.000 E-mails: adufrij@adufrij.org.br e secretaria@adufrij.org.br Redação: comunica@adufrij.org.br Diretoria: diretoria@adufrij.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrij.org.br Página eletrônica: <http://www.adufrij.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CARREIRA DOCENTE

Governo usa artifícios para economizar com professores

Mapeamento das carreiras na UFRJ demonstra que única diretriz do MPOG é poupar recursos

Instituição possui mais de seis mil docentes

Dados atualizados obtidos junto à pró-reitoria de Pessoal da UFRJ (PR-4) demonstram que a instituição possui mais de seis mil docentes (6.199, no total, sendo 3.991 na ativa). Mas o levantamento também comprova as várias artimanhas do governo para economizar recursos à custa dos professores.

Um das estratégias governamentais foi a criação da classe de Associado, em 2006: a medida

representou a quebra na isonomia para os docentes aposentados que não haviam alcançado o cargo de Titular (anteriormente, vale lembrar, era necessário fazer outro concurso — sempre em número limitado por cada instituição — para chegar ao topo da carreira). Todos eles amargam perdas desde então, uma vez que não foi feito o reenquadramento de nível em relação ao novo topo da carreira. Isso explica porque há 940 aposentados no último nível de Adjunto 4. De longe, o maior número em qualquer nível da carreira de magistério superior — entre os Titulares, existem 411 inativos.

Vale lembrar, ainda, que os salários da classe de Adjuntos — a mais numerosa da categoria — são os mais defasados em relação à proposta de carreira única do Andes-SN (conforme noticiado na edição nº 842, de 12 de maio deste ano) — confira, no site da Adufrj, as tabelas desta edição, mais a tabela publicada em maio.

Outra política do governo é não realizar concursos públicos para a Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT). O resultado é que, no quadro do Colégio de Aplicação da UFRJ, os números entre ativos e aposentados são muito próximos

(79 aposentados e 88 ativos). Mesmo no magistério superior, no qual também é reconhecida a necessidade de mais quadros efetivos, a relação é quase de dois para um (3.903 ativos e 2.129 inativos). Para EBTT, aliás, ainda há uma proporção maior de substitutos, que é a outra face da não reposição de quadros. A Escola de Educação Infantil, por exemplo, segue sem professor efetivo.

O último artifício do Ministério do Planejamento foi o ingresso do professor, independentemente de sua titulação, no nível inicial da carreira, pelo menos

enquanto durar o estágio probatório. Por exemplo, um jovem doutor até receberá a retribuição por titulação correspondente ao doutorado, mas seu vencimento básico será inferior ao das regras anteriores, quando já entrava ganhando como Adjunto. Pela tabela mais recente, um Adjunto 1 em regime de Dedicção Exclusiva percebe como vencimento básico R\$ 4.484,99; já um Adjunto-A (nível inicial) percebe R\$ 3.804,29. Hoje, na UFRJ, existem 158 recém-concursados com doutorado e 90 com mestrado. **(Pesquisa: Filipe Galvão)**

Magistério Superior				
Classe	Nível	Inativos	Ativos	Total
Titular	1	411	249	660
Associado	4	42	465	507
	3	42	171	213
	2	53	234	287
	1	75	337	412
Adjunto	4	940	448	1388
	3	128	291	419
	2	103	465	568
	1	104	495	599
Assistente	2	206	194	400
	1	16	218	234
Adjunto A	1	0	161	161
Assistente A	1	0	95	95
Auxiliar A	2	4	14	18
	1	5	66	71
		2.129	3.903	6.032

“Represamento” dos professores, durante anos, na classe de Adjunto, gerou ali o maior número de aposentados (940) em relação a qualquer outro nível da carreira de MS.

Ensino Básico, Técnico e Tecnológico				
Classe	Nível	Inativos	Ativos	Total
D IV	4	1	6	7
	3	3	1	4
	2	2	9	11
	1	26	11	37
D III	4	1	8	9
	3	5	6	11
	2	2	3	5
	1	7	23	30
D II	2	21	4	25
	1	6	3	9
D I	2	3	2	5
	1	2	12	14
		79	88	167

No Colégio de Aplicação, a falta de concursos provoca números semelhantes entre ativos (88) e aposentados (79).

Perfil de Titulação na UFRJ

ATIVOS							
Classe	Superior	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Livre-Docência	Total
4 A	56	0	32	90	158	0	336
5 Assistente	23	1	10	377	1	0	412
6 Adjunto	15	1	12	80	1580	0	1699
7 Associado	1	0	0	0	1162	0	1207
8 Titular	0	0	0	1	230	1	249
D Classe D	6	0	11	47	24	0	88
							3.991

INATIVOS							
Classe	Superior	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Livre-Docência	Total
4 A	4	0	5	0	0	0	9
5 Assistente	93	0	29	100	0	0	222
6 Adjunto	159	1	68	358	643	0	1275
7 Associado	0	0	0	0	190	0	212
8 Titular	3	0	1	2	350	0	411
D Classe D	29	3	20	21	6	0	79
							2.208


 obras
na
UFRJ
 

Meia-bombã

Parte fundamental do projeto de expansão da UFRJ, as reformas e as construções de novos prédios e equipamentos estouram os prazos previstos no Plano Diretor aprovado pelo Conselho Universitário, em 2009. A partir desta edição, em uma série de matérias especiais, o **Jornal da Adufrj** faz um raio-x dessas obras.

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Em novembro de 2009, o Conselho Universitário da UFRJ aprovou o Plano Diretor da instituição até 2020. E parte da comunidade acadêmica encheu-se de euforia pela possibilidade de novos (ou reformados) prédios e equipamentos. Porém, quase cinco anos depois, poucas promessas foram concretizadas.

“Fizemos uma expansão de trás para frente: primeiro, vieram os alunos; depois os concursos docentes; depois, as obras e os concursos do corpo técnico para fazer as obras”, diz o diretor do Escrí-

tório Técnico da Universidade, Márcio Escobar. “Talvez tivesse que ser assim mesmo, mas isso tem um preço”, completa.

O preço é o atraso. No final de 2010, quando o Plano foi divulgado em formato de revista, estavam prontos somente: o Terminal de Integração; a ciclovia e uma modesta expansão acadêmica do Centro de Tecnologia, no bloco A.

Desde então, mesmo as obras concluídas aconteceram fora dos prazos. O Centro de Referência da Mulher passou pouco (de outubro para dezembro de 2010). O restaurante universitário do CT deveria ter sido inaugura-

do em outubro de 2010 (mas só foi entregue em janeiro de 2012). A cozinha própria do bandejão central, prevista para dezembro de 2010, só entrou em operação no início de setembro de 2013.

Faltam quadros na UFRJ

Na avaliação de Márcio Escobar, a execução e fiscalização das obras ficam complicadas pela falta de engenheiros e arquitetos na universidade: uma realidade que só começou a mudar nos últimos anos. Em 2009, o ETU dispunha de dez profissionais; hoje são 43. O salário inicial de engenheiros e arquitetos nas IFES é de aproximadamente R\$ 3,2

mil (bruto); no mercado, piso oficial da categoria é de cerca de R\$ 6 mil, explica Márcio. “Os salários são baixos para o mercado”, argumenta. “Mesmo com concursos recentes, as pessoas não ficam. Elas entram e logo fazem outros concursos”. Para dar conta da demanda, até hoje, o ETU solicita o apoio de professores da UFRJ, em diversas especialidades.

Outros entraves são as dificuldades de compatibilização das obras com a vida acadêmica (como mostra a obra da biblioteca do CT, nesta página) e a parte burocrática: há todo um processo que dificulta a agilidade de realização de um projeto.

“

Fizemos uma expansão de trás para frente: primeiro, vieram os alunos; depois os concursos docentes; depois, as obras e os concursos do corpo técnico para fazer as obras

”

Márcio Escobar
Diretor do Escritório
Técnico da Universidade

Tudo atrasado

Confira, a seguir, a situação de algumas das principais obras elencadas no Plano Diretor:



Elisa Monteiro - 22/08/2014

BIBLIOTECA DO CT

previsão original: outubro de 2012

No caso da futura Biblioteca do CT, indicada pelo Plano Diretor para ser montada nos pilotis do prédio principal do Centro, Márcio explica que a reforma foi suspensa por atrapalhar as atividades acadêmicas: “Houve muita reclamação não só do barulho, mas da vibração produzida pelas máquinas em laboratórios e salas”. De acordo com o dirigente, um termo aditivo ao contrato vai prever obras no período da noite. Além disso, para compensar o tempo perdido, “foi reduzido o escopo da etapa atual; ou seja, o que não foi executado agora será executado nas etapas seguintes. O projeto da biblioteca será executado integralmente conforme a concepção inicial”, informa Márcio. A perspectiva é que a primeira etapa esteja concluída em maio de 2015 e a biblioteca esteja funcionando no início de 2016.



EXPANSÃO ACADÊMICA MATEMÁTICA

previsão original:
setembro de 2011

Faltam 20% da atual etapa. Mas ainda serão licitados: a instalação da subestação, as máquinas do sistema de ar-condicionado e a urbanização da área. Estas fases serão encaminhadas após uma definição sobre a repactuação do contrato da obra que está em andamento. Um questionamento do Portal do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os valores de contrato atrasou os trabalhos. “Provamos que não havia irregularidades”, afirmou Márcio. Mesmo assim, o vai e vem jurídico custou alguns anos. “A expectativa”, segundo Márcio, é de retomada ainda em 2014 para entrega até 2016.



Foto: Elka Moreira - 4/09/2014

HESFA

recuperação da cobertura e fachadas —
previsão original: abril de 2011

Um dos mais belos patrimônios tombados da UFRJ, o Hospital Escola São Francisco de Assis (Hesfa) passa por obras para recuperação dos telhados e fachadas há tempos. De acordo com Márcio, a universidade “fez um esforço” para compatibilizar as obras ao funcionamento da Unidade. Com isso, as obras começaram de trás para frente, pelos fundos do prédio. Segundo Márcio, cinco blocos foram recuperados e a reforma termina com a recuperação da fachada de frente para a Avenida Presidente Vargas. A conclusão desta etapa será em abril/2015: “Observo que esta é apenas uma das etapas do processo de restauração do HESFA, onde estamos restaurando apenas telhados e fachadas. Outras ainda serão necessárias, como a restauração das esquadrias, restauração interna dos prédios etc., que dependem ainda de conclusão dos projetos executivos e captação de recursos”, explica o diretor do ETU.



Foto: Elka Moreira - 28/08/2014

Fora do Plano Diretor

Ladetec está quase pronto

Não consta do Plano Diretor, mas, ainda na Cidade Universitária, encontra-se em fase final de construção o Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, do Instituto de Química da UFRJ (Ladetec). Em função dos prazos de acreditação do Laboratório de Controle de Dopagem da América Latina (associado ao Ladetec) junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) para funcionamento durante os Jogos de 2016, parte do prédio, no fundo, foi inaugurada há cerca de um mês. A fachada da frente segue interditada pelas obras.



Foto: Elka Moreira - 22/08/2014

VEJA, NA PRÓXIMA EDIÇÃO, A SITUAÇÃO DE OUTRAS OBRAS NA UFRJ.

Pelas melhorias em Xerém

DCE realiza, no polo da universidade, um “ato-almoço” por política de permanência menos insossa

Estudantes reivindicam audiência com reitoria

Filipe Galvão
Estagiário e Redação

Ficou para o polo de Xerém da universidade a última garfada na maratona de almoços coletivos promovidos pelo DCE Mário Prata. O ato, no último dia 2, marcou o encerramento de uma das frentes da campanha “Assistência estudantil não é favor, é direito” do diretório central para este ano. “Fizemos um calendário para reivindicar uma política séria e plena de assistência estudantil por parte da UFRJ”, explica Taís Lara Barbas, diretora de políticas educacionais do DCE.

Durante a atividade, os relatos dos alunos comprovaram que o fantasma na Baixada é o mesmo que assombra outros polos e campi: falta de condições para permanência nos cursos. O detalhe é que o drama de Xerém promete aumentar a partir de dezembro, quando o polo passará a ter o status de campus. A mudança traz a abertura de dois novos cursos, Engenharia Física e Biofarmacologia, para 2015. Ou seja, serão mais alunos para os mesmos problemas.

“No primeiro período, temos muitos alunos do interior de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Baixada que tentam se manter aqui em repúblicas enquanto esperam a promessa da bolsa-auxílio. Dois períodos depois eles já estão trabalhando de garçom



Mais de 12 quilos de macarrão com salsicha foram servidos para aproximadamente cem pessoas, durante atividade do DCE

pelos bares para poder se sustentar e acabam largando a universidade”, afirma Julieta Schachter, professora do polo de Xerém.

Leonardo Coelho, Isabela Galvão e Gabriel Labrujó gastam cerca de R\$ 800,00 cada um para cursar Xerém. Esse é o valor médio que o estudante precisa desembolsar caso queira se formar no polo. “Aqui tudo é caro: mercado é caro, restaurante é caro, aluguel é caro”, lista

Isabela. Para ela, o mais urgente é a construção de um restaurante universitário. Para Leonardo, é o alojamento: “A grana que a gente gasta com aluguel e com mudanças é um absurdo”, diz.

“A gente só consegue comer aqui porque os servidores cedem o aparelho de micro-ondas deles. O que nós tínhamos já estragou”, conta Felipe Coutinho, membro do Centro Acadêmico de Nanotecnologia e um dos organizadores do “ato-almoço”.

res do “ato-almoço”.

O caso de Xerém faz mais risível a polêmica nota da SuperEst sobre permanência na universidade. “Se a proposta desse polo é levar a UFRJ para os lugares aonde ela ainda não chegou, e, mesmo assim, a universidade apresenta um índice altíssimo de evasão de estudantes, como fica o argumento da SuperEst de que a solução é estudar perto de casa?”, questiona Taís Lara.

Abaixo-assinado por melhorias

Antes de encherem os potinhos plásticos com macarrão, os convivas contribuíram para a compra de um aparelho de micro-ondas. O almoço serviu para que os estudantes assinassem um documento cobrando melhorias na estrutura do polo, na assistência estudantil e contratação de novos professores. O texto reivindica uma audiência com a reitoria e a direção do polo para tratar das pautas.

CA da Educação Física vive processo eleitoral

Votação ocorre dias 9 e 10

O Centro Acadêmico de Educação Física, da Escola de Educação Física e Desportos, passa por um processo eleitoral que materializa a disputa entre concepções de movimento estudantil bastante diferentes. Dois grupos concorrem à gestão 2014/2015 do CAEFD: a atual diretoria do CA, representada pela Chapa 4 (“Quem vem com tudo não cansa”), e a Chapa 3 (“Aliança Renovar”).

Nos dias 2 e 4 de setembro, as duas chapas se enfrentaram em debates realizados na EEFD com ampla participação de estudantes. Na ocasião, a “Aliança Renovar” defendeu abertamen-

te as parcerias público-privadas como forma de melhorar a infraestrutura daquela Unidade. Já a “Quem vem com tudo não cansa” apresentou um programa contra a privatização da universidade, contra os cursos pagos e pela recuperação da EEFD com verbas institucionais. Entre os pontos de polarização entre as chapas, estão propostas para segurança e o chamado Projeto Olímpico. Enquanto a Chapa 3 abraça esta iniciativa como solução aos problemas estruturais da EEFD, a Chapa 4 aponta a privatização dos espaços decorrentes de projetos como este em outras universidades. Também relembra as promessas de obras do Reuni que nunca saíram do papel e usa o exemplo do que foi prometido como legado dos

Jogos Panamericanos, com estádios e centros esportivos destruídos, além de privatização.

Outras diferenças são a compreensão acerca da autonomia estudantil e integração do CAEFD ao movimento nacional do curso, através da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF), criada em 1992. A Chapa 3 declarou, em debate, que não reconhece e não participará da ExNEEF e suas atividades. Para o grupo, a Lei 7.395, de 1985, prevê apenas a União Nacional dos Estudantes (UNE) como representante em nível nacional. A Chapa 4, por sua vez, com integrantes nas coordenações nacional e regional da ExNEEF, apontou a necessidade de um organismo nacional e defende a participação na en-

tidade e suas atividades. Destacou a importância da Executiva para as mobilizações e projetos em defesa da formação unificada em Educação Física, bandeira aprovada pelos estudantes da EEFD em plebiscito. Como exemplo dessa discussão, a Chapa 4 lembrou a participação da ExNEEF no Encontro Nacional de Educação, no Rio de Janeiro, que reuniu mais de 4,5 mil participantes em defesa da educação pública. A Chapa 3 declarou não ter estado presente ao ENE.

O processo eleitoral daquele Centro Acadêmico ocorre após um tumultuado período na Escola, marcado por perseguições políticas do diretor Leandro Nogueira contra os estudantes da EEFD. Após Resolução do Conselho Universitário que

acabou com o impasse sobre a representação discente na Unidade, os integrantes eleitos para a gestão do CA poderão voltar a ocupar os espaços de representação institucional. Vale lembrar que Leandro Nogueira perdeu em todos os processos internos que abriu contra os alunos. Também perdeu na Justiça Comum.

Antes de decidir disputar as eleições do CAEFD, o grupo que hoje corresponde à Chapa 3 convocou uma assembleia geral de estudantes na EEFD para elaborar um estatuto e criar um novo Centro Acadêmico. Como os alunos que participaram da assembleia não concordaram com a criação de um novo CA, eles resolveram entrar no pleito.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Raposas no galinheiro

FHC chamou Armínio Fraga para a presidência do Banco Central em março de 1999. "É a raposa no galinheiro", dizia-se à época. Não à toa. Afinal, alçar um quadro da especulação internacional ao comando do banco responsável pela remuneração dos títulos da dívida pública e pela política de câmbio excedia todos os cuidados. É que Fraga, antes de assumir o cargo, era diretor-gerente da *Soros Fund Management LLC*, de George Soros, um dos magnatas dos fundos financeiros que conduzem os negócios no mundo.

Fraga é, hoje, o principal acionista do Gávea Investimentos, fundo que administra grandes fortunas. Num desses debates, para acenar (como se fosse preciso) ao mercado financeiro, a hoje decrépita candidatura tucana de Aécio Neves anunciou o economista-empresário como futuro ministro da Fazenda em caso de vitória.

Nos bastidores, diz-se que Aécio se antecipou a Marina na indicação de Fraga para o cargo, uma vez que as propostas para a economia dos dois candidatos são comuns no essencial.

O fato é que, com o ingresso de Marina na disputa, a agenda neoliberal ganhou mais fôlego. Nesse ambiente,



Fraga. Especulador profissional

a proposta de um Banco Central independente virou um dos centros da polêmica.

A posição de Marina – que tem a família e o estafe do Itaú como principais influências, além do economista-milionário André Lara Resende, também servidor de FHC – é desvincular o Banco Central do governo. Os diretores da instituição teriam mandatos fixos, indicados, naturalmente, pelo mercado financeiro.

Aécio defende proposta próxima da candidata do PSB e Dilma quer manter como está. Hoje, formalmente, o Banco Central não tem independência. Seu presidente e o restante da diretoria são nomeados pelo Poder Executivo. Mas é bastante evidente que a influência decisiva sobre as decisões do BC vem do mercado financeiro.



Sede do BC. Um dos centros de poder em Brasília

Papel do BC

É responsável pelo sistema financeiro de um país ou de um bloco de países, como no caso da União Europeia. Emite a moeda e fixa a taxa de juros básica, que serve de parâmetro para todas as demais taxas de juro do mercado, como a do seu cartão de crédito. Atua no mercado de câmbio, sendo o principal responsável, em última instância, pela cotação do dólar e do euro, por exemplo. O BC ainda coordena os depósitos compulsórios, mecanismo que garante que o dinheiro de todas as contas e investimentos do País "exista de verdade". Em alguns casos, o Banco Central também empresta dinheiro a bancos em dificuldades, buscando evitar que o país entre em crise.

Quem nomeia?

No Brasil, o Poder Executivo indica a diretoria. Ou seja, é o presidente da República quem indica o presidente do BC. Também é responsabilidade do Executivo definir suas metas e supervisionar sua execução. É assim que funciona no Brasil.

No caso de formalização da "independência" do BC, o presidente do Banco teria um mandato a ser cumprido e não poderia ser demitido, a não ser em circunstâncias extraordinárias, como a comprovação do seu envolvimento em atividades ilícitas.

(Fonte: Carta Capital)

Saad: autonomia excessiva

O economista brasileiro Alfredo Saad é professor do Departamento de Estudos do Desenvolvimento da *University of London*.

Pela natureza de seus estudos, acompanha de

perto o desempenho das nações emergentes.

Em 2010, numa palestra na UFRJ, ele fez observações sobre o funcionamento do Banco Central.

O Brasil está num extremo indesejável de autonomia

excessiva do Banco Central, que opera com objetivos muito estreitos.

Isso não é bom para ninguém, muito menos para o próprio Banco Central, que se apequena como instituição pública.

O Banco Central presta um desserviço à nação ao ser capturado pelos interesses do setor financeiro.

Saad afirmou, na ocasião: "A sociedade não pode abrir mão do controle da instituição."

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



BRASIL

Luta pela moradia começa dentro da universidade

Em debate, palestrantes observam que formação acadêmica deveria ajudar os trabalhadores. Crise no alojamento e especulação na Vila Residencial também faz tema ganhar significado especial da UFRJ

Atividade ocorreu no último dia 4

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

“O preço médio do solo no Rio de Janeiro é de aproximadamente R\$ 10 mil por metro quadrado. Isto acirra as lutas em defesa da moradia. Hoje, com a visão que a universidade deve formar “técnicos” sem política, esse processo é ainda mais aprofundado. Muitas vezes, a universidade ajuda a piorar a condição de vida dos trabalhadores”, afirmou Cláudio Ribeiro, presidente da Adufrj-SSind e professor da FAU, durante o debate: “Cidade não é mercadoria. Construindo lutas urbanas pelo direito à habitação”, no último dia 4.

O objetivo da atividade foi aproximar os estudantes de arquitetura e urbanismo da realidade vivenciada pelos movimentos sociais que lutam por moradia, especialmente no Rio de Janeiro, cidade cada vez mais mercantilizada. Cláudio Ribeiro explicou que este é um esforço para que a universidade se abra verdadeiramente para os saberes construídos fora de seus muros. Ele também desconstruiu os argumentos utilizados no processo de criminalização dos movimentos sociais: “Lutamos por uma sociedade e por uma universidade diferentes das que estão postas hoje. Os sindicatos foram criminalizados junto dos movimentos sociais, acusados de financiá-los e às manifestações. É isso mesmo. Sindicato serve para organizar a luta de classe”, disse.

Luta de classe

Vitor Guimarães, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), chamou os estudantes a refletirem sobre a necessidade de reconhecimento enquanto classe trabalhadora. “A gente precisa, como classe, estar junto. Temos que nos reconhecer para enfrentar os ‘donos’ da cidade. Governos e patrões são aliados nesse projeto de cidade-negócio”, afirmou.

Ele deu exemplo do programa governamental “Minha Casa, Minha Vida – Entidades”, no qual conseguiram construir 950 unidades habitacionais com média de 62 m²



Jordana Almeida, Vitor Guimarães, Cláudio Ribeiro e Vitor Halfen, no debate realizado na FAU

e creche no interior do condomínio pelo mesmo valor que empreiteiras constroem unidades de 40 m²: “Precisamos de vocês em projetos como esses. Que pensem de trabalhadores para trabalhadores. Os movimentos sociais não têm arquitetos e urbanistas”.

Ele lembrou que moradia não é uma “opção”, mas uma “necessidade” de todo cidadão e, portanto, é um quesito importante para a dignidade humana. “Há dados alarmantes de casas que não possuem banheiro, de casas realmente precárias, moradias em área de risco e aluguéis muito caros. Todos esses componentes impactam na dignidade da moradia”.

Atualmente, a especulação imobiliária é a grande responsável por colocar faixas da classe trabalhadora em situação de vulnerabilidade. Aluguéis cada vez mais altos e incompatíveis com a renda acabam gerando despejos, ou situações de grande precariedade. Essas pessoas correspondem, hoje, de acordo com Guimarães, ao maior percentual de famílias que fazem parte do MTST. “Entendemos como sem teto não só pessoas

Lançamento da revista Territórios Transversais

Durante o debate, o MTST lançou a sua revista “Territórios Transversais”.

“A ideia é ter trabalhadores falando para trabalhadores sobre trabalhadores, de maneira a formularmos nosso pensamento e ações”, disse Vitor Guimarães.



A revista tem o custo de R\$ 20 e pode ser adquirida também via internet no endereço: <http://www.mtst.org/territorios/>.

em situação de rua, mas aquelas que vivem em coabitações, as que pagam aluguéis mais altos do que seu padrão de vida lhes permite e as que são despejadas”.

Arquiteto é trabalhador

Vitor Halfen, da Federação Nacional de Estudantes

de Arquitetura e Urbanismo (Fenea), afirmou que há uma grande dificuldade de os arquitetos se verem como trabalhadores. O modo de produção capitalista empurra arquitetos e outros trabalhadores, na visão de Halfen, a um processo de fragmentação do trabalho: “Arquitetura não é só ciência.

Nem somente arte. Ela tem outra dimensão: arquitetura também é trabalho. O arquiteto é um trabalhador que está submetido à forma como o trabalho se organiza na nossa sociedade. Há uma fragmentação do trabalho”.

Hoje, de acordo com o dirigente da Fenea, prevalece a ideia de que o arquiteto deve atuar na sociedade de maneira individualizada. “É preciso formar consciência de classe e se aproximar da construção de movimentos sociais como o MTST”, finalizou Halfen.

Moradia é direito

Diretora de Movimentos Sociais do DCE, Jordana Almeida, que é estudante da FND, lembrou que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, já em 1948, indicava a moradia como um dos pressupostos para a dignidade da pessoa humana. “Isso foi reafirmado em 1988 na nossa Constituição Federal. Isso significa que moradia é mais que um teto. Ela tem relação direta com a vida das pessoas”. Apesar de ser expressa como direito essencial, a estudante lembrou que, infelizmente, o Brasil ainda permite que sua população viva sem condições dignas de habitação.

Na universidade, Jordana lembrou que é grave a crise vivenciada por estudantes que residem no alojamento. “Há setores que partem do pressuposto que moradia tem relação com a cidade. E, assim, a universidade não precisa pensar moradia. Esta é uma visão elitista, de uma universidade que não queremos. Há uma negligência no projeto de direito à cidade. Portanto, o estudante se vê sem moradia na cidade e também no interior da universidade”.

Moradores da Vila Residencial também participaram do debate e relataram o processo de encarecimento do solo e a subida estratosférica dos aluguéis, que tem contribuído inclusive para a expulsão de muitos moradores. A falta de alojamento para os estudantes aumentou também a especulação imobiliária na Vila Residencial. Com isso, muitos alunos passaram a viver na Vila, alugando vagas.